



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

ATA

----- Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, nos termos da alínea b) do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, reuniu pelas nove horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ponte de Lima, no Auditório Rio Lima, presidida pelo Senhor Professor Doutor Salvato Vila Verde Pires Trigo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1. Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

----- A) Apreciação e votação da Ata da sessão anterior (Doc. I); -----

----- B) Leitura do expediente e informações da mesa;

----- **Propostas de Recomendação:** -----

----- A) Terminal de Camiões TIR (Doc. II);

----- B) Cadastramento da rede de Fontes e Fontanários (Doc. III); -----

----- C) Criação de incentivo à natalidade (Doc. IV); -----

----- D) Educação em Ponte de Lima (Doc. V); -----

----- E) Voto de pesar (Doc. VI); -----

----- F) Outros assuntos de interesse Municipal. -----

----- **2. Período de Intervenção do público.** -----

----- **3. Período da Ordem do Dia:** -----

----- A) Apreciação da “**Informação do Presidente da Câmara bem como da situação financeira do Município**” (Doc. VII); -----

----- B) Discussão e votação da “**Proposta de Benefícios Fiscais 2015**” (Doc. VIII); -----

----- C) Discussão e votação da “**Proposta de Desafetação de bem do domínio público municipal**” (Doc. IX); -----

----- D) Discussão e votação da “**Proposta de Regulamento do Cartão Municipal Família numerosa**” (Doc. X); -----

----- E) Discussão e votação da “**Proposta de Regulamento do Cartão Municipal Sénior**” (Doc. XI); -----

----- F) Discussão e votação da “**Proposta de Alteração ao Regulamento de acesso ao projeto Terra**” (Doc. XII); -----

----- G) Discussão e votação da “**Proposta de autorização de celebração de Contrato Interadministrativo para a Delegação de Competências – Transportes Escolares na Junta de Freguesia de Rebordões Santa Maria – Aprovação**” (Doc. XIII); -----

----- H) Discussão e votação da “**Proposta de autorização de celebração de Contrato Interadministrativo para a Delegação de Competências – Transportes Escolares na Junta de Freguesia de Sá – Aprovação**” (Doc. XIV); -----

----- I) Para conhecimento “**Informação da qual constam os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia aprovada pela Assembleia Municipal a 21 de Dezembro de 2013**”(Doc. XV). -----

----- Estiveram ausentes e apresentaram pedidos de substituição, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Arcozelo, da Associação de Freguesias do Vale do Neiva, e de Fontão, bem como os membros eleitos José Martins Pires da Silva, Ana Júlia de Abreu Viana, João Passos Pereira Rodrigues, José Maria Magalhães da Silva, Gonçalo Nuno Abreu de Amorim Castilho e Ricardo José Mendes Salgado Vieira. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

----- Uma vez que se fez registo magnético, apenas se fará referência às intervenções feitas durante a sessão da Assembleia Municipal.-----

----- **1. Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- A) **Apreciação e votação da Ata da sessão anterior.** Foi aprovada por maioria com duas abstenções. -----

----- B) **Leitura do expediente e informações da mesa.** A Secretária da Mesa leu o resumo da correspondência recebida entre 21 de junho e 26 de setembro de 2014. -----

----- C) Outros assuntos de interesse Municipal. -----

----- O membro eleito Mário Ferreira (PSD) apresentou uma proposta de recomendação para a criação de um Terminal de Camiões TIR (Doc. nº 1). -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou as explicações tidas por necessárias.-----

----- Seguiram-se as intervenções dos membros eleitos Alípio Matos (PSD), Mecia Martins (CDS) e Mário Ferreira (PSD). -----

----- O membro eleito Mário Ferreira (PSD) solicitou esclarecimentos adicionais que o senhor Presidente da Câmara prestou. -----

----- O membro eleito Alípio Barbosa (M51) (Doc. nº 2) apresentou uma proposta de recomendação para o cadastramento da rede de fontes e fontanários existentes no concelho de Ponte de Lima -----

----- Interveio o membro eleito João Castro (CDS).-----

----- Seguiu-se a explicação do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O membro eleito Alípio Barbosa (M51) apresentou esclarecimentos adicionais. -----

----- Sujeita a votação a proposta de recomendação foi rejeitada com quarenta e nove votos contra, catorze abstenções e cinco votos a favor. -----

----- Seguiu-se a apresentação de uma proposta de Recomendação com vista à criação de incentivos à natalidade, pelo membro eleito Alípio Barbosa (M51) (Doc. nº 3) -----

----- Registaram-se as intervenções dos membros eleitos Alípio Matos (M51), João Castro (CDS) e Alípio Barbosa (M51).-----

----- O senhor Presidente da Câmara apresentou esclarecimentos. -----

----- O Membro eleito Rosa Cruz (M51) apresentou uma proposta de recomendação relativa à Educação em Ponte de Lima, propondo a criação do quadro de excelência do Município para estudantes do concelho (Doc. nº 4).-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prestou as explicações tidas por convenientes.--

----- Intervieram os membros eleitos João Castro (CDS), Pedro Ligeiro (PSD) e Rosa Barros dos Santos (CDS). -----

----- A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Doutor António Carlos Lima, apresentado pelo membro eleito Alípio Barbosa (M51) (Doc. nº 5) subscrito e votado unanimemente por toda a Assembleia Municipal. Do presente voto será dado conhecimento à família enlutada.-----

-----Seguiu-se ainda no Período de Antes da Ordem do Dia com outros assuntos de interesse municipal, com as intervenções dos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Anais, e da Seara. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

----- Inscreveram-se também para intervir neste ponto, os membros eleitos Alípio Matos (PSD) (Doc. nº 6), Joaquim Alpoim (M51) (Doc. nº 7), Nuno Matos (PSD), Mecia Martins (CDS), para prestar esclarecimento; José Melo (PSD); Alípio Barbosa (M51); Sandra Fernandes (CDU) (Doc. nº 8); Natália Lima (PSD) (Doc. nº 9); Rosa Cruz (M51) que propôs um Voto de Louvor ao Rancho Folclórico e Etnográfico de Poiares pelo seu trigésimo aniversário (Doc. nº 10), o qual foi acompanhado por todos os membros da Assembleia Municipal. O Membro eleito Rosa Cruz (M51) continuou a usar da palavra para colocar algumas interpelações ao Senhor Presidente da Câmara (Doc. nº 11). Prestou esclarecimento o membro eleito Mecia Martins (CDS).-----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu às informações solicitadas. -----

----- Solicitaram esclarecimentos adicionais o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Seara e o membro eleito, Natália Lima (PSD). -----

----- **2. Período de Intervenção do público.** Registaram-se as inscrições de Anabela Correia, Norberto Barros e Mário Monteiro. As duas primeiras intervenções versaram sobre o Infantário de Calvelo e terceira sobre saneamento básico e escola secundária. -----

----- **3. Período da Ordem do Dia:** -----

----- A) Apreciação da **“Informação do Presidente da Câmara bem como da situação financeira do Município”**. Registaram-se as intervenções dos membros eleitos António Carlos Matos (PS); Alípio Matos (PDS) (Doc. nº 12) e Mário Ferreira (PSD). -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos tidos por necessários. -----

----- B) Discussão e votação da **“Proposta de Benefícios Fiscais 2015”** -----

----- Inscreveram-se para intervir neste ponto os membros eleitos Sandra Fernandes (CDU) (Doc. nº 13); Joaquim Rosas (M51); Alípio Matos (PSD) e Abel Lopes (CDS).-----

----- O Senhor Presidente da Câmara apresentou esclarecimentos. -----

----- Votação da alínea b), do ponto 3 da Ordem de Trabalhos, **“Proposta de Benefícios Fiscais 2015”**. -----

----- Submetida à votação a proposta foi aprovada por maioria com quarenta e dois votos a favor, dez abstenções e seis votos contra. -----

----- C) Discussão e votação da **“Proposta de Desafetação de bem do domínio público municipal**. Solicitou esclarecimentos o membro eleito Alípio Matos (PSD). -----

----- Votação da alínea c), do ponto 3 da Ordem de Trabalhos, **“Proposta de Desafetação de bem do domínio público municipal”**. -----

----- Submetida à votação a proposta foi aprovada por maioria com doze abstenções.-----

----- D) Discussão e votação da **“Proposta de Regulamento do Cartão Municipal Família Numerosa”**. Inscreveram-se para intervir neste ponto os membros eleitos Clara Rocha (PSD) (Doc. nº 14) e Joaquim Alpoim (M51). -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade proceder a um acrescento à redação do artigo 4º da Proposta de Regulamento do Cartão Municipal Família Numerosa, e cujo teor passará a ser o seguinte: *No caso de já estarem previstos outros benefícios para os cidadãos com idade igual ou superior a 65 anos em Regulamentos próprios dos equipamentos culturais e desportivos municipais ou no âmbito dos espetáculos culturais, desportivos, recreativos e outras atividades organizadas pelo Município de Ponte de Lima, esses benefícios, caso sejam*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

superiores, prevalecem sobre aqueles que se encontram estipulados no artigo 3º do presente Regulamento.” -----

----- Votação da alínea d), do ponto 3 da Ordem de Trabalhos **“Proposta de Regulamento do Cartão Municipal Família numerosa”**. -----

----- Sujeita a votação a proposta foi aprovada por maioria, com quatro abstenções.-----

----- E) Discussão e votação da **“Proposta de Regulamento do Cartão Municipal Sénior”**; Intervieram neste ponto os membros eleitos Mário Ferreira (PSD) e Joaquim Alpoim (M51). ---

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade introduzir uma alteração ao artigo 4º e outra ao nº 2 do artigo 5º da Proposta de Regulamento do Cartão Municipal Sénior, e de cujo teor passará a constar: *Artigo 4º - No caso de já estarem previstos outros benefícios para os cidadãos com idade igual ou superior a 65 anos em Regulamentos próprios dos equipamentos culturais e desportivos municipais ou no âmbito dos espetáculos culturais, desportivos, recreativos e outras atividades organizadas pelo Município de Ponte de Lima, esses benefícios, caso sejam superiores, prevalecem sobre aqueles que se encontram estipulados no artigo 3º do presente Regulamento.”* ; *Artigo 5º nº 2: - Entende-se por “Família Numerosa os agregados familiares monoparentais ou compostos por cônjuges ou pessoas que vivam em união de facto e que tenham a seu cargo três ou mais filhos, de um ou de ambos. Filhos a cargo são os filhos menores não emancipados, ou filhos maiores que estejam na dependência económica exclusiva dos progenitores.”*-----

----- Votação da alínea e), do ponto 3 da Ordem de Trabalhos, **Proposta de Regulamento do Cartão Municipal Sénior”**-----

----- Submetida a votação a proposta foi aprovada por maioria com doze abstenções.-----

----- F) Discussão e votação da **“Proposta de Alteração ao Regulamento de acesso ao projeto Terra”**; Inscreveu-se para intervir neste ponto o membro eleito Casimiro Magalhães (M51) (Doc. nº 15).-----

----- Votação da alínea f), do ponto 3 da Ordem de Trabalhos, **Proposta de Alteração ao Regulamento de acesso ao projeto Terra”**. -----

----- Submetida à votação foi aprovada por maioria, com cinco votos contra.-----

----- G) Discussão e votação da **“Proposta de autorização de celebração de Contrato Interadministrativo para a Delegação de Competências – Transportes Escolares na Junta de Freguesia de Rebordões Santa Maria – Aprovação”**; Inscreveu-se para intervir neste ponto o membro eleito Casimiro Magalhães (M51) (Doc. 16). -----

----- Votação da alínea g), do ponto 3 da Ordem de Trabalhos, **“Proposta de autorização de celebração de Contrato Interadministrativo para a Delegação de Competências – Transportes Escolares na Junta de Freguesia de Rebordões Santa Maria – Aprovação”**

----- Submetida à votação foi aprovada por maioria, com quatro votos contra.-----

----- H) Discussão e votação da **“Proposta de autorização de celebração de Contrato Interadministrativo para a Delegação de Competências – Transportes Escolares na Junta de Freguesia de Sá – Aprovação”**.-----

----- Votação da alínea h), do ponto 3 da Ordem de Trabalhos, **“Proposta de autorização de celebração de Contrato Interadministrativo para a Delegação de Competências – Transportes Escolares na Junta de Freguesia de Sá – Aprovação”**.-----

----- O Grupo Municipal M51 apresentou declaração de voto (Doc. nº 17). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

CÓDIGO POSTAL 4990-062

----- Submetida à votação esta proposta foi aprovada por maioria quatro votos contra.-----

----- I) Para conhecimento "**Informação da qual constam os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia aprovada pela Assembleia Municipal a 21 de Dezembro de 2013.**" A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas quinze horas da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa desta Assembleia Municipal. -----

O Presidente _____

A 1.ª Secretária _____

O 2.º Secretário _____

O conteúdo da presente sessão fica registado em suporte digital.

Proposta de Recomendação – Terminal de Camiões

Tendo em conta o número de camiões TIR no concelho de Ponte de Lima que se vêem na contingência de recorrer ao estacionamento selvagem.

Tendo em conta que esse estacionamento provoca graves condicionalismos na normal circulação do trânsito, coloca pessoas e bens em perigo, desgasta de forma anómala a já de si deficiente rede viária concelhia.

Tendo em conta que é necessário olhar para esta actividade económica através do seu já importante peso na economia concelhia.

O grupo do PSD vem através desta proposta recomendar a criação de um terminal para camiões TIR, de preferência junto a uma das saídas da auto-estrada, podendo ser, a título de exemplo, numa das seguintes freguesias de Brandara, Arcozelo, Ribeira, Anais, Refoios.

Apresentamos esta proposta porque estamos cientes de que a criação deste espaço vai permitir que os camiões TIR deixem de estar estacionados, de forma selvagem, nas bermas das estradas, colocando em causa a segurança da circulação de viaturas e peões.

A realização deste investimento proposto permitirá potenciar as redes viárias, melhorará as condições de higiene e segurança dos profissionais do ramo. A paragem dos camionistas, em espaço próprio, concentrado, indirectamente reflectir-se-á na economia limiana, por exemplo na restauração. Com este investimento estamos ainda a contribuir para a dignificação dos próprios camionistas, que são também veículos privilegiados de promoção do concelho.

Estamos certos que o nível de custos, tendo em conta os benefícios, não seria elevado. Aliás, convém aqui recordar, que, há menos de uma década, foi adquirido um terreno na Freguesia da Ribeira para este efeito. A compra foi justificada perante os limianos precisamente com os argumentos aqui apresentados.

Os pressupostos, apesar da passagem dos anos, mantêm-se. Infelizmente, este foi mais um projecto apresentado com muita pompa mas que não saiu do papel. É tempo de desempoeirar os papéis e passar à acção.

Recomendamos, assim, à Câmara Municipal que actualize o estudo, que certamente suportou a proposta feita anteriormente, e viabilize esta infra-estrutura por ser de interesse municipal.

Ponte de Lima, 20 de Setembro de 2014.

Os Membros Eleitos do Partido Social Democrata,





Ex.mos Srs Presidente e Secretários da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr Presidente da Câmara Municipal e demais Vereadores

Ex.mos Srs Membros da Assembleia Municipal

Limianas/Limianos

A recomendação que o Movimento 51 traz a este Plenário exige de todos nós a capacidade de recuarmos no tempo, de revisitar o passado e com ele repensar o presente com vista a garantir um futuro melhor.

Convido-vos assim, caros colegas, a fazer uma viagem aos tempos de infância e adolescência. Não vos peço que recuem mais de quatro décadas no tempo. Que me desculpem aquelas/aqueles a quem idades bem mais tenras não permitem tal exercício de memória.

Peço-vos então que façam um esforço de memória e me acompanhem neste viagem no tempo, revisitando lugares que muito nos marcaram.

Quem não se lembra, quem não ouviu falar da Fonte da Vila? Quantas famílias se serviam da sua água para acompanhar as refeições!...

Quem não se lembra, quem não ouviu falar da Fonte da Lapa? Qual símbolo da sabedoria que pretende contagiar os responsáveis pelos destinos do nosso Concelho caia límpida e transparente perante o olhar de quem passava.

Quem não se lembra, quem não ouviu falar do Fontanário de Freixo (1935), em pleno campo da feira? Quantos feirantes se serviram desta água? Quantos goles bebidos após o quinzenal doce dado pelos pais aos filhos que os acompanhavam no feirar?

Quem não se lembra, quem não ouviu falar da Fonte da Presa em Arcozelo? Água preferida dos habitantes desta freguesia!

Quem não se lembra, quem não ouviu falar da Fonte das três bicas, em Vitorino dos Piães? Fonte de grande beleza arquitetónica, com abundante água a correr, água essa que enchia os tanques públicos a ela anexos, quais documentos históricos de uma época em que os habitantes desta freguesia usavam as suas águas também para lavar roupa.

Podíamos, não fora o risco de me tornar extremamente maçador, continuar o nosso percurso pelas 51 freguesias do nosso Concelho de Ponte de Lima e certamente que não nos faltariam belas fontes e fontanários a enumerar.

No entanto, a realidade impele-nos a um egresso ao presente. O que vemos? Vemos um cenário irreconhecível: fontes de água contaminada, fontes que deixaram de jorrar este precioso líquido, fontes que viram a água de nascente substituída pela chamada água da companhia, fontes votadas ao abandono, fontes e fontanários com acessos descuidados, mal tratados e abandonados, fontes que mais parecem matagais.

2

Não será a altura do nosso Concelho resgatar este património histórico, arquitetónico, ambiental e cultural de características únicas?

Temos bem presente, caras e caros amigos, o subterfúgio usado pelo executivo Camarário para se eximir às suas responsabilidades. A culpa deste estado das fontes e fontanários - dirão eles - é das exigências previstas na legislação (Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de Agosto).

Será bom recordar a esta AM que Decreto-Lei n.º 306/2007 apenas pretendia zelar pela qualidade da água destas fontes. No entanto, a Camara Municipal de Ponte de Lima parece ter optado pela janela de inércia entreaberta por este diploma. A CM de Ponte de Lima, esquecendo as suas raízes históricas, o seu património ambiental e arquitetónico, parece ter preferido qualificar/ou aconselhar as juntas de freguesia a qualificar as suas fontes de impróprias para consumo, de possuidoras de "Água Não Controlada" e até de desativar muitas delas.

Evitou assim proceder à elaboração e implementação de um plano de controlo e qualidade da água previsto naquele diploma legal, desbaratando com esta decisão política um património riquíssimo existente no nosso Concelho e descartando a responsabilidade que tem sobre as fontes públicas e a qualidade das suas águas.

Parece esquecer deste modo que a identidade de Ponte de Lima assenta nas suas características únicas ao nível ambiental, histórico, arquitetónico e paisagístico, pelas quais todos somos responsáveis e das quais o executivo Camarário e os representantes eleitos do povo devem ser os primeiros defensores.

É justo reconhecer que já em mandatos anteriores, grupos municipais fizeram eco desta preocupação nesta AM, mostrando preocupação com o abandono a que se encontravam votadas as fontes e fontanários do nosso querido concelho, mostrando preocupação com a qualidade da água que nelas jorra.

Porque será que tudo continua igual? Será porque a Câmara de Ponte de Lima decidiu manter a sua rota, trilhando obstinadamente o caminho da inércia? Será falta de perspectiva de futuro? Será falta de estratégia política? Seja qual for a razão, seja por uma ou por todas as razões agora enumeradas, o Movimento 51 vem a este plenário propor que recomendemos à CM de Ponte de Lima **O CADASTRAMENTO DAS FONTES DE ÁGUA EXISTENTES NO CONCELHO, COM VISTA À CRIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE UMA REDE MUNICIPAL DE FONTES E FONTANÁRIOS.**

Toma esta decisão porque considera que é chegado o momento de todas as forças políticas que representam neste plenário o povo limiano, mostrarem que são capazes de estar de acordo em assuntos tão básicos como este, mostrarem que se preocupam com a qualidade de vida dos limianos, dos seus filhos e dos seus netos, mostrarem que há decisões que estão acima de querelas pessoais ou políticas, contribuindo com esta recomendação para que a Câmara Municipal tome consciência da prioridade de devolver vida às fontes e fontanários do nosso Concelho, tornando a nossa Vila de Ponte de Lima digna das legítimas expectativas dos cidadãos atentos e preocupados deste concelho e da herança dos nossos antepassados.

Ponte de Lima, 27 de setembro de 2014

Grupo Municipal do Movimento 51

Dr Alípio Barbosa



Ex.mos Srs Presidente e Secretários da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr Presidente da Câmara Municipal e demais Vereadores

Ex.mos Srs Membros da Assembleia Municipal

Limianas/Limianos

A natalidade é uma das preocupações transversais a todas as sociedades atuais. Também os portugueses parecem constatar que uma sociedade cada vez mais envelhecida traz, entre outros problemas, desequilíbrios à economia de um país, parecendo ser cada vez mais generalizada a consciencialização para esta problemática.

É neste contexto, que temos vindo a assistir ao assomar de documentos dos mais variantes quadrantes políticos, defendendo uma nova política para a natalidade.

1

Como se lembrarão, o CDS-P, preocupado com o problema, constitui uma equipa de trabalho, a que chamou sugestivamente de grupo de missão, produzindo um relatório apelidado de “Natalidade - o desafio Português”.

De seguida, o PSD nomeia uma comissão que produziu, no passado mês de julho, um relatório intitulado “Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035)”, onde se afirma que o país precisa de remover os obstáculos que atualmente se colocam a quem quer ter filhos.

A respeito deste último estudo patrocinado pelo PSD, O PS veio afirmar, pela voz da presidente do Departamento das Mulheres Socialistas (DMS), que a natalidade deve ser encarada como uma “causa nacional”, lamentando que as medidas implementadas pelo governo PSD/CDS, nos últimos três anos, tenham penalizado tanto as famílias portuguesas.

Já mais recentemente, nos dias 19 e 20 de setembro, realizou-se em Cascais o VII Congresso Europeu das famílias numerosas, subordinado ao tema “Investir na Família, Construir o Futuro”.

Também em Ponte de Lima está problemática se encontra analisada.

Desde logo, através do diagnóstico social do Conselho Local de Ação Social de Ponte de Lima, datado de 2013. Conclui este documento que o Concelho de Ponte de Lima registou a par de outros uma variação negativa da população residente (-1.91). Conclui ainda que de 2001 a 2011 se registou um aumento de 1142 indivíduos no grupo etário com 65 e mais anos, sendo que o grupo da população jovem (0 – 14) registou de 2001 para 2011, um decréscimo de 1283 indivíduos. Assim, em termos gerais, e recorro que continuo a citar o referido relatório, “encontramos um concelho de Ponte de Lima a caminhar para um envelhecimento dos seus efetivos populacionais”. O estudo traduz claramente o predomínio do grupo etário referente à população adulta, ou seja, pode concluir-se que “a manter-se esta situação o topo da pirâmide social tenderá a aumentar em detrimento da base, tornando-se a população deste concelho cada vez mais envelhecida”.

2

Face a este diagnóstico, seria de prever medidas políticas de intervenção ao nível da natalidade no Concelho de Ponte de Lima, analisada a realidade dever-se-ia passar à adoção de medidas para minorar ou ajudar a resolver o problema.

De facto, caros amigos/os, não foi isso que aconteceu. Por isso, o Movimento 51 considera ser urgente investir na natalidade, investir na família, porque só assim estaremos a construir o futuro.

Alguns dirão que a situação não é dramática, uma vez que, em alguns concelhos vizinhos, como é o caso de Melgaço e Ponte da Barca, a variação negativa da natalidade foi mais acentuada.

Esta visão demasiado otimista, demasiado superficial e comodista do problema não os permite vislumbrar o futuro e perceber aquilo que outros já parecem há muito ter entendido. Impõe-se assim que Ponte de Lima repense as políticas de apoio à natalidade.

Assentamos este nosso entendimento em dois pressupostos:

1º os nossos concelhos vizinhos, a braços com estes problemas, diagnosticada a variação negativa da população residente, constatando as quebras continuadas da taxa de natalidade, já começaram a aplicar medidas de incentivo à natalidade (como é o caso, entre outros, dos concelhos de Paredes de Coura, Melgaço e Caminha).

2º A verdadeira ação política, no entender do Movimento 51, deve optar por medidas de prevenção dos problemas e não por medidas de remediação dos mesmos. Diz a história dos acontecimentos que a cura é sempre mais demorada e dispendiosa que a prevenção, sendo que ninguém duvidará que, ao nível social, os efeitos são tanto ou mais gravosos.

É por isso, caras/os membros desta Assembleia Municipal, que o Movimento 51 vem a este plenário propor que seja recomendado ao executivo camarário a criação de incentivos reais, objetivos e práticos à natalidade, de incentivos que não sejam vistos pelos casais como paliativos, de incentivos que se apresentem como um tónico certo para evitar o problema, incentivos que criem na sociedade limiana uma verdadeira valorização da natalidade, uma verdadeira valorização da mão de obra dos pais que têm a seu cargo filhos de tenra idade.

3

Assim, caras/os membros desta Assembleia Municipal, o Movimento 51 recomenda, sem prejuízo da adoção de outras medidas:

1º que a Camara Municipal proceda à criação de incentivos financeiros à natalidade. Que o executivo estipule, à semelhança do que já se faz em vários concelhos do país, uma quantia a atribuir aos casais que residem no Concelho pelo nascimento de cada bebé;

2º Que a Camara Municipal proceda à promoção e à criação de horários nas creches, infantários e escolas que se ajustem aos horários dos pais e permitam que as crianças possam ficar nessas creches a meio tempo;

3º Que a Camara Municipal proceda à adoção de medidas que conduzam à diminuição das despesas das famílias com os manuais escolares e estimule a constituição de um banco concelhio de manuais escolares, medida que o M51 trouxe a esta AM no passado

dia 21 de junho, a tempo de ser implementada no presente ano letivo, e que parece começar a fazer caminho entre outros grupos municipais.

4º Que a Camara Municipal proceda ao reforço dos tarifários familiares de água, resíduos e saneamento, para que as famílias não sejam prejudicadas nas despesas da casa pelo número de dependentes a seu cargo.

5º Que a Camara Municipal proceda ao lançamento do passe-família para transportes públicos, facilitando o acesso da família aos transportes públicos, impedindo que o recurso a estes transportes fique mais caro do que o recurso ao automóvel particular.

Com esta recomendação, caras/os membros desta AM, estaremos a dar um primeiro passo no sentido de inverter a variação negativa da natalidade que se tem vindo a acentuar nos últimos anos no nosso Concelho e a cuidar da renovação geracional essencial a uma sociedade limiana dinâmica e com futuro.

Assim o queira esta AM, pois estamos convictos que, tal como afirmava Gandhi, “o futuro dependerá daquilo que fizemos no presente”.

Ponte de Lima, 27 de setembro de 2014

Grupo Municipal do Movimento 51

Dr Alípio Barbosa



REUNIÃO DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27.09.2014

Período Antes da Ordem do Dia

Il.^{mo} Sr. Presidente da Mesa
Srs Secretários
Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara
Prezados Srs Vereadores
Caros Membros de todos os Grupos
Municipais desta A.M.
Dileto Público, Senhoras, Senhores

RECOMENDAÇÃO

CRIAÇÃO DO QUADRO DE EXCELÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA ESTUDANTES DO CONCELHO

A insistência no tema da Educação por parte do M51 não se nos afigura censurável nem excessiva. Não, não é um capricho, nem presunção. Com efeito, é consensual, pressupomos, que é na área da educação que assenta uma das traves-mestras de uma boa gestão autárquica. Se o tempo disponível para tal fosse favorável e não corrêsemos o risco de nos tornarmos enfadonhos, evocaríamos, um por um, todos os nossos anseios para o concelho de Ponte de Lima nesta área. Eles foram, de resto, elencados em pormenor na sessão de 12 de dezembro de 2013. Por agora, e estando certos de que todos se recordarão do que já aqui preconizamos, centrar-nos-emos em assuntos mais transversais e aglutinadores, no sentido de enquadrar devidamente a recomendação que sobressairá no epílogo desta intervenção.

1

Como trave-mestra do progresso social, porque visa, em suma, melhorar a natureza humana, compete aos responsáveis políticos abandonar a mera área de reflexão teórica e as fórmulas matemáticas redutoras e colocar em prática de forma sustentada esta “empresa” de instigar, através do exemplo, a inteligência e preparar as novas gerações para o futuro, que todos desejamos mais justo e equitativo, mais transparente e assente em uma alta escala de valores (que, nos dias de hoje parecem andar sobejamente invertidos!). Decerto que não estamos satisfeitos. A auto-satisfação, aliás, é inimiga do desenvolvimento. “Educai as crianças para que não seja necessário punir os adultos”, defendia Pitágoras. Desejamos seres que pensem e que ponham em prática as suas ideias, ao invés de seres amorfos que, apática e escrupulosamente, cumpram apenas o que se lhes ordena sem pensarem nisso. Mas, para que isso aconteça, não podemos temer o arrojo. Decisões e medidas avulsas ou casuísticas (ao jeito de uma manta de retalhos) são manifestamente insuficientes e improcedentes. O plano terá de ser transversal e integrador.

A presente recomendação corporiza, por conseguinte, mais uma achega em todas as demais considerações e propostas sobre Educação apresentadas a esta Assembleia pelo M51.

15

Entendemos que, como consequência da prestação de um serviço educativo de excepcional qualidade, premiar a excelência acadêmica terá de ser um ato a transpor os muros de cada escola. O município, a quem compete garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação de excelência, tem, subsidiariamente, o dever de incentivar a essa mesma excelência, logo, incontornavelmente, o de a reconhecer publicamente.

O M51 crê ser esta uma disposição da mais elementar conveniência, mais que justa e mais que adequada. Recomendamos, por conseguinte, a operacionalização e oficialização desse expediente, considerando os três alunos de cada um dos Agrupamentos de Escolas de Ponte de Lima com as médias académicas mais elevadas. Recomenda-se que o prémio seja pecuniário e, ainda, que a cerimónia de reconhecimento seja pública, pela indiscutível carga edificante, simbólica e pedagógica de que se reveste.

A celebração do dia 4 de março - dia de Ponte de Lima - ficaria amplamente enriquecida na sua essência, se incluísse um ato tão prestigiante como aquele em que se distingue o valor e a excelência de jovens, dando um passo importantíssimo no impulso do futuro e, quem sabe, na desobstrução de eventuais obstáculos de foro material com que esses alunos se debatem, apesar da sua excelência académica.

Muito Obrigada.

Ponte de Lima, 27 de setembro de 2014

Rosa Cruz / M51



Voto de Pesar

Faleceu, no passado dia 09 de setembro, o Dr. **António Carlos Lima**, nascido a 29-04-1926, na freguesia da Ribeira, Ponte de Lima.

Advogado, Professor Universitário, Secretário do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Deputado na Assembleia da ^{NACIONAL} República entre 1957 e 1961, com intervenções parlamentares sobre a reforma dos tribunais e o 1º centenário do nascimento do Poeta António Feijó entre outras...

Bastonário da Ordem dos Advogados nos anos de 1978 a 1980, onde se destacou na defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Em 2008, tomou a iniciativa de convidar um grupo de pessoas para mudar o rumo que então era dado à Adega Cooperativa de Ponte de Lima, acompanhando este projeto até ao final da sua vida.

O Movimento 51 propõe assim à Assembleia Municipal de Ponte de Lima que preste pública homenagem à sua ilustre figura e profundo agradecimento pelo que fez pelo nosso país e por Ponte de Lima, através da aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento, dando dele conhecimento à sua família, sem prejuízo de vir a propor novas formas de homenagem no futuro.

1

Ponte de Lima, 27 de setembro de 2014

O Representante do Grupo Municipal do Movimento 51

Alípio Barbosa

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhora e Senhor Secretário da Mesa
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhora e Senhores Vereadores
Senhores Membros da Assembleia
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Portugal como quase todos os países europeus passa por uma grave crise de natalidade.

Ao longo dos últimos anos tem-se verificado um decréscimo da população, o que põe em causa o desenvolvimento do país, a sua economia e o estado social, bem como, quase se poderá dizer a sua sobrevivência como nação.

O concelho de Ponte de Lima, infelizmente, não foge à regra nacional nesta perda de população.

De 44.297 habitantes em 2001 passou para 43.151 em 2013, perdeu 1.146 pessoas, cerca de 2,6%. Se estes valores, comparativamente com o todo nacional não pareça muito significativo, ao verificarmos os dados dos escalões etários mais novos torna-se muito preocupante a situação, já que entre 2001 e 2013 o concelho de Ponte de Lima passou:

- No escalão etário dos 0 aos 4 anos de 2.543 para 1.741 crianças, menos 802, isto é menos 31,54%;
- No escalão etário dos 5 aos 9 anos de 2.740 para 2.120 crianças, menos 620, isto é menos 22,63%;
- No escalão etário dos 10 aos 14 anos de 2.790 para 2.490 crianças, menos 300, isto é menos 10,75 %;
- No escalão etário dos 15 aos 19 anos de 3.383 para 2.574 jovens, menos 809, isto é menos 23,91%;
- No escalão etário dos 20 aos 24 anos de 3.446 para 2.604 jovens, menos 842, isto é menos 24,43%.

Face ao exposto Ponte de Lima, nos residentes entre os 0 e os 24 anos, perdeu 3.373 habitantes, isto é 22,63%.

7

Esta tendência decrescente continua até ao escalão etário dos 30 aos 34 anos, sendo certo que a partir do escalão dos 35 aos 39 anos a situação começa a inverter-se.

Enquanto a população residente de 65 anos ou mais anos cresceu 14,49%, as crianças de 0 a 4 anos diminuiu 31,54% no período de 2001 a 2013.

Fácil é concluir-se que a população do concelho está diminuir e a envelhecer.

É bom dizer que da análise da evolução da natalidade no concelho concluiu-se que no período compreendido entre 1981 e 2013 a taxa bruta de natalidade desceu de 18,6% para 6,8%, isto é menos 11,8%.

A taxa de natalidade no distrito de Viana do Castelo em 1981, era superior em 2 pontos percentuais à registada a nível nacional. Em 2013 esta taxa decresceu no distrito para 6,5%, já bastante abaixo à registada a nível nacional (7,9%) e a registada a nível do Norte (7,3%).

Quanto à taxa de mortalidade, no mesmo período de 1981 a 2013, manteve-se praticamente estável pois de 10,3% passou para 10,7%.

A partir de 1981 assistimos a uma maior estabilização das taxas de mortalidade, no entanto a taxa registada no distrito de Viana do Castelo (12%) era muito maior do que a registada no Norte (10,2%) e em Portugal (9%), sendo que, no distrito os concelhos que registaram a menor taxa foram os de Viana do Castelo e Ponte de Lima.

No que diz respeito à taxa de fecundidade o concelho de Ponte de Lima passou de 43 % em 2001 para 28,3% em 2013, menos 14,7%, uma quebra significativa, ficando abaixo da média distrita.

Se analisarmos a variação desta taxa pelos diversos concelhos do distrito verificamos que em 2013 os concelhos com maior taxa de fecundidade são: Caminha (35,4%) e Melgaço (29,7%), seguido de Vila Nova de Cerveira com (29,2%), com taxas superiores à média distrital.

Os concelhos que registam neste ano menor taxa de fecundidade são: Ponte da Barca (23,8%), e Monção (23,8%), bastante inferiores à média distrital.

A manter-se esta tendência, em duas a três décadas o concelho de Ponte de Lima terá falta de activos, aumentarão os inactivos por atingirem a idade de reforma e a economia concelhia definhará. Teremos menos crianças e jovens para frequentarem as escolas, menos mão de obra, menos consumidores, em suma menos sociedade e economia.

Se o problema do envelhecimento tem merecido muitas e variadas políticas e boas práticas quer por parte do governo e das autarquias, quer por outras organizações da chamada sociedade civil, a natalidade não tem merecido semelhante atenção, tornando-se neste momento um assunto muito sério e importante que tem de ser tido em conta, com urgência na agenda das políticas públicas.

De uma política anti natalista temos que passar para uma política natalista. Uma política de apoio à família, essa "realidade natural com uma função social determinante". Assim, para o seu papel vital ser desempenhado devem-lhe ser dadas condições "que favoreçam

o seu desenvolvimento, permitindo a existência de mais famílias estáveis, saudáveis e funcionais". Deve ser feita uma política " integrada, universal e coerente que tenha em conta todas as realidades familiares".

Não se podendo dissociar uma política em prol da família de uma política em prol da natalidade, esta deve ser" inscrita na agenda das políticas públicas e passe a constituir-se como principal foco de acção".

Será a política da natalidade somente de âmbito nacional? A mesma não deverá envolver toda a sociedade? Não deverá envolver todos os agentes políticos, económicos e sociais?

Será que medidas avulsas resolvem o problema?

Nesse sentido qual o papel dos Municípios? Concretamente o que fazer em Ponte de Lima quanto a políticas de protecção à família e que levem a um aumento da natalidade no concelho?

No nosso entender, dada a complexidade da matéria e devido ao facto da mesma envolver vários agentes, por exemplo o Município, as Freguesias, Santa Casa de Misericórdia, IPPSS, Centros Escolares, Centro de Saúde, Associações Empresariais e dos Trabalhadores e mesmo as Associações Culturais e Recreativas, para se reflectir, planear, organizar e implementar uma verdadeira politica de natalidade no concelho de Ponte de Lima, o PSD sugere que a Câmara Municipal inclua no seu plano de actividades para o ano de 2015 a realização de umas jornadas cujo tema seja "**PONTE DE LIMA – POLÍTICAS EM PROL DA NATALIDADE**".

Ponte de Lima, 27 de Setembro de 2014

O Membro da Assembleia Eleito pelo PSD

Alípio de Matos





PDM e PU

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Srs. Vereadores,

Srs. Deputados Municipais,

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Os Deputados Municipais, eleitos na lista independente do **MOVIMENTO 51**, vêm no exercício das suas funções, declarar as suas preocupações relativamente ao PDM e aos PU, com os fundamentos e considerandos seguintes:

1 - Um Plano Diretor Municipal (PDM) é uma componente do plano municipal de ordenamento do território, ou seja, um documento regulamentador do planeamento e ordenamento do território de um dado município. O PDM é elaborado pela Câmara Municipal e aprovado pela Assembleia Municipal.

2 - Um plano municipal de ordenamento do território compreende um plano diretor municipal, planos de urbanização e planos de pormenor.

3 - O Plano de Urbanização surge numa condição de subordinação relativamente ao PDM - Plano Diretor Municipal. O Plano de Urbanização especifica o que se vai construir na área do concelho a que diz respeito. Nele estão delimitadas as áreas verdes, as áreas de recreio e as áreas protegidas. Neste plano são indicados os esquemas das redes de infraestruturas de água, eletricidade, telecomunicações, saneamento básico, rede de estradas e de outras vias de comunicação. Este plano define também a localização dos equipamentos sociais como centros de saúde, escolas, entre outros.

4 - Planear e Ordenar o território implica olhá-lo no seu todo, não apenas enquanto realidade física mas também enquanto realidade social, cultural, histórica e ambiental. Visa o interesse coletivo e não o interesse individual.

Esta visão global, que deve ser crítica, tem por finalidade identificar as debilidades, potencialidades e oportunidades que o concelho apresenta, bem como detetar riscos que devam ser minimizados, no sentido de encontrar caminhos, soluções, que conduzam a uma melhoria das condições de vida.

A Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo, Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto, define como objetivos a prosseguir no processo de Planeamento o seguinte:

- A melhoria das condições de vida das populações;
- A distribuição equilibrada das funções de habitação, trabalho, cultura e lazer;
- A preservação e defesa dos solos;
- A adequação dos níveis de densificação urbana;
- A rentabilização das infraestruturas;
- A aplicação de uma política de habitação;
- A reabilitação e revitalização dos centros históricos;
- A recuperação ou reconversão de áreas degradadas e a reconversão de áreas de génese ilegal.

Ora, na última assembleia municipal foi aprovada a proposta de alteração ao PU de Fontão e Arcos, no Doc. VIII, de 11 páginas, a que tivemos acesso, desconhecemos o conteúdo real da alteração proposta, bem como dos seus fundamentos. O pouco de relevante que aparecia manuscrito no documento e que passamos a transcrever é:

"Esta alteração destina-se a permitir que nas zonas urbanizáveis também se possam construir equipamentos de utilização coletiva não ficando como até aos 300 m² de construção conforme obriga o PU de Fontão e Arcos S. Pedro."

Exemplos:

Lar de idosos, equipamentos turísticos, pavilhões, escolas,"

Na nossa opinião, esta alteração e outras carecem de fundamentação. Uma vez que está em curso uma revisão do PDM, que é o "chapéu" do nosso concelho em termos de ordenamento territorial, estas alterações aos PU deveriam ser posteriores.

E já agora, porquê só em Fontão e não em Refoios, Ponte de Lima, Correlhã ou Freixo?

Foi para legalizar o centro escolar das Lagoas? Não tem este, mais de 300 m²?

Foi para resolver situações ilegais já ocorridas?

Qual a situação da fábrica de serração de pedra no lugar de Queimada, em Fontão?

Esteve também em discussão pública o PU das pedras finas, Arcozelo.

O corolário para a elaboração de uma boa Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo já foi descrita acima. Para a demonstração de que estes pressupostos não estão a funcionar ou não foram equacionados, basta lembrar o problema que está a surgir na freguesia da Seara, com a instalação ou construção de um armazém de gás, junto a habitações, restaurante, mini-mercado.

Não seria melhor instalar ou construir este armazém e outros que possam surgir nos parques industriais?

Com exemplos como o referido, percebe-se agora o porquê dos parques industriais não funcionarem ou funcionarem com pouco gás!

Tendo em conta as premissas que estão definidas na lei e nos manuais das boas práticas para a elaboração de um bom PDM, PU, ou Plano de Pormenor, e para que estes surtam efeito a favor das pessoas, basta centrarmo-nos no seguinte:

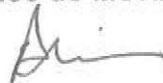
Olhar para o interesse coletivo e não para o interesse individual e promover uma verdadeira discussão pública.

3

Na próxima revisão do PDM, se nos centrarmos no interesse coletivo e não nos interesses individuais ou nos favores, estamos certos de que todos sairemos a ganhar.

Ponte de Lima, 27 de Setembro de 2014,

Os Deputados do Movimento 51,





Assembleia Municipal de Ponte de Lima

Sessão Ordinária de 27 de Setembro de 2014

Período de Antes da Ordem do dia:

H) Outros assuntos de interesse Municipal

Exm^o. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores

Romaria das Feiras Novas 2014

Não vamos fazer qualquer apreciação à edição das feiras novas deste ano, já que decidimos participar no desafio lançado pela Associação das Feiras Novas para aportar ideias e sugestões para a edição de 2015 e assim o fizemos através de correio electrónico.

No entanto entendemos ser pertinente colocar nesta sessão o que consideramos uma atitude insólita e caricata e até o abrir de um precedente que poderá ter efeitos graves em futuras edições da nossa maior Romaria. Não entendemos nem descortinamos a atitude do executivo da junta de freguesia de Arcozelo na delegação de competências a favor da ACRA - Associação Cultural e Recreativa de Arcozelo atribuindo-lhe "poderes" para exigir aos comerciantes o pagamento de 150.00€ pela ocupação do terrado. E também não entendemos o acordo estabelecido com mais uma outra empresa Cervejeira?

A CDU entende que não podemos ~~estar~~ cair em bairrismos pacóvios, por este andar estamos sujeitos a ter as feiras novas do lado de cá e as feiras novas do lado de lá!

Dia Internacional da Juventude

Há pouco mais de um mês (12 Agosto) assinalou-se o dia Internacional da Juventude, não é bastante só assinalar o dia, é necessário o desenvolvimento de práticas políticas que ponham cobro ao arrastar da juventude para becos da degradação social e da pobreza

Entre os dois últimos censos em dez anos (2001/2011) Portugal perdeu meio milhão de jovens, 21,4% nos grupos etários entre os 15 e os 29 anos. Em 2012, havia 53 mil jovens emigrados, permanente ou temporariamente. A taxa de desemprego nos jovens é o dobro da taxa de desemprego total. Continua a acentuar-se o facto de os jovens serem remunerados abaixo dos valores médios nacionais.

Numa palavra a juventude não precisa mais do que o que já existe em massa nos últimos anos e que a maioria dos jovens tão bem conhece: imigração, programas temporários de ocupação, estágios mal remunerados e sem direitos de protecção social, trabalho em part-time. E por aí adiante...

Em Ponte de Lima estes flagelos são realidades que se fazem sentir entre os nossos jovens, agravadas pelo arrastar para caminhos da perdição do abuso de consumo das drogas. É urgente aprofundar as medidas de prevenção primária, concretizar novos meios e medidas de redução de danos e de combate do risco dos consumos de drogas.

Medidas neste sentido são indispensáveis para controlar e fazer regredir o problema da iniciação e da prática do consumo, que exige um forte empenho do Município na promoção de iniciativas de prevenção alertando para os malefícios destas práticas.

Temos conhecimento que muitos pais e mães estão profundamente preocupados com a propagação e ameaça deste problema social e de saúde pública e mental dos jovens (desde a idade escolar, adolescente e adulta) e defendem energicamente a adopção de medidas por quem de direito na promoção de iniciativas de prevenção e esclarecimento sobre a matéria.

A CDU lança o desafio e sugere ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que o Município promova com brevidade a realização de um debate subordinado ao tema, convidando um técnico de saúde especializado na matéria e ao mesmo tempo apelar à participação no debate das Associações Culturais Recreativas e Desportivas, Escolas, assim como os Pais.

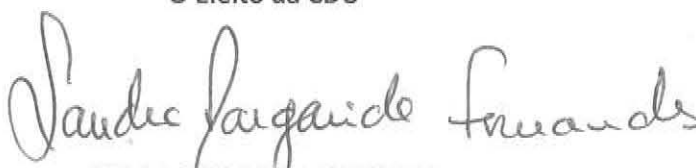
Combate à praga da vespa velutina

A expansão da praga da vespa velutina no nosso Concelho, além de constituir uma ameaça de saúde pública está a causar grandes danos à Apicultura local.

Actualmente na região do Alto Minho e nomeadamente no Concelho de Ponte de Lima, os apicultores garantem que o número de ninhos desta vespa, oficialmente detectados, praticamente estão sem controlo e em desenfreada expansão, o que terá consequências na produção de mel, por ser uma espécie maior e mais agressiva do que a vespa nacional, sendo predadora de abelhas, atacando directamente as colmeias.

Sugerimos ao Senhor Presidente da Câmara que conjuntamente com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia seja estabelecida uma estratégia municipal global de combate e destruição dos ninhos, quer em zonas públicas quer em zonas privadas, acompanhada da disponibilidade de reforço financeiro para levar a cabo esta tarefa, para a qual deve ser estabelecido um protocolo com os Bombeiros Voluntários de Ponte de Lima a quem o Município e a Protecção Civil confiaram esta missão.

O Eleito da CDU



Sandra Margarida Fernandes

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia
Senhora e Senhor Secretário da Mesa
Senhor Presidente da Câmara
Senhora e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal
Senhores Munícipes e Representantes da Comunicação Social

C.M. de PONTE DE LIMA – de costas voltadas para o rio Lima

O Rio Lima é um dos recursos naturais mais importantes do nosso concelho, havendo um vasto património ambiental, histórico, económico e social associado.

O Rio Lima representa a nossa própria identidade, a alma limiana, foi fonte de inspiração de poetas, como Diogo Bernardes, grande vulto da poesia lírica portuguesa do século XVI e de António Feijó, que tiveram o rio Lima como referência nas suas obras literárias.

Devido ao seu valor natural, encontra-se classificado como um dos Sítios da Rede Natura 2000, desde a sua nascente até à foz. Este fato faz com que o Lima possua um estatuto relevante comunitário em termos de conservação da natureza.

Ora, o rio Lima tem sofrido grandes alterações ao longo dos anos, sendo que o seu estado atual é muito preocupante, fruto das maleitas do progresso e da inércia das entidades responsáveis, entre elas, o executivo de Ponte de Lima.

Entre os vários problemas do rio, temos os seguintes:

- a extração realizada no passado das areias, que levou à erosão das margens, ao desaparecimento dos areais no litoral, ao descalçar das pontes, como a ponte de Lanheses, são algumas das consequências negativas que advém da falta de areia no rio;

- a perda progressiva das margens, que afeta terrenos agrícolas, tem também impacto sobre a flora e fauna características e autóctones do nosso rio e que abriu caminho à proliferação de vegetação de espécies infestantes, como a acácia, que mancha a paisagem;

- a falta de manutenção e limpeza do rio, nomeadamente das suas margens e ainda o assoreamento, que põe em causa a navegabilidade do rio e, nessa medida, a rentabilidade económica que poderia advir da sua navegabilidade;

- constata-se que a qualidade das águas tem vindo a piorar, sendo água do rio Lima imprópria para banhos. Na verdade perdemos praias fluviais. Basta lembrar que na zona do Arnado e de S. João existem placas colocadas pela ARH, Administração Hidrográfica do Norte, com os seguintes dizeres: "*Banho desaconselhado. Esta água não está identificada como balnear*", o que desde logo identifica a falta de qualidade das águas do rio. Não nos esqueçamos que a praia do Arnado já teve bandeira azul.

- falta de segurança do rio Lima na época estival, com inúmeros afogamentos ao longo dos últimos anos.

- temos ainda como problema a resolver o estacionamento no areal;

- Poluição das águas do rio Lima: temos a poluição doméstica, industrial, falta de eficiências das estações de Tratamento das Aguas Residuais (ETAR's), tubos de esgotos em pleno leito do rio, etc.

Na verdade, no relatório da ARHNorte sobre o rio Lima é dito que “as massas de água em incumprimento localizam-se, maioritariamente, nas proximidades das áreas urbanas () de Ponte de Lima e em áreas nas quais a envolvente é predominante agrícola”.

Algumas das causas apontadas nesse relatório para esses incumprimentos são a deficiência ou desadequação do tratamento das águas residuais dos sectores urbano, industrial e agro-pecuário; as descargas clandestinas de águas residuais; a existência de instalações que não cumprem os requisitos de descarga previstos na legislação e ainda a fiscalização insuficiente das descargas de águas residuais.

Há pocilgas, vacarias e indústrias a descarregar esgotos e águas residuais, de forma clandestina, para os afluentes do rio Lima.

E há de fato um problema no nosso concelho, sendo inegável a existência de descargas poluentes, tendo o vereador do PSD, Eng. Manuel Barros, recentemente alertado e pedido a intervenção do executivo para este grave problema que se tem verificado nos últimos tempos, com ocorrências frequentes de episódios idênticos, tudo indicando que se tratam de lamas, largas manchas de cor branca, que chegam ao rio através do afluente rio Labruja.

O PPD/PSD já denunciou e pediu igualmente a intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, estando a aguardar agendamento de reunião com o objetivo de abordar esta temática.

Esta fonte poluidora é mais um foco que, associado a outros, põem em causa a qualidade das águas do rio Lima, e com isso, a saúde pública.

As entidades competentes para o efeito (APA – Agência Portuguesa do Ambiente) devem atuar, mas à CM cumpre estar especialmente atenta, ser diligente e reportar a essas entidades os problemas existentes.

Porém, a verdade é que a CM, ao longo dos anos, tem estado de COSTAS VOLTADAS PARA O RIO LIMA e nada tem feito para procurar resolver todos esses problemas, que tanto preocupa a comunidade limiana.

No que respeitas às descargas para o rio Lima, refira-se que a CM deve assegurar às empresas do concelho a disponibilidade de infraestruturas básicas para que o seu funcionamento possa ocorrer dentro das normas legais, dessa forma assegura-se a coexistência de desenvolvimento económico e equilíbrio ambiental. Isto, no entanto, tem sido descurado por este executivo, justificando, muitas vezes, a sua inercia, com a necessidade de sobrevivência das empresas, esquecendo, porém, que a sua falta de atuação se revela injusta e desequilibraste para com as empresas cumpridoras, que, sublinhe-se, são a sua larga maioria.

As instituições responsáveis pouco têm feito pelo rio Lima, sendo a CM uma das primeiras entidades responsáveis, que deveria estar na linha da frente e procurar envolver os demais responsáveis a encontrar soluções, passando por um plano integrado de recuperação ambiental, a média e longo prazo, para resolver os vários e graves problemas que afetam o nosso rio, devendo procurar envolver igualmente as demais concelhos por onde passa rio Lima.

Em vez disso, a CM tem pautado a sua ação por meras atuações de cosmética, nomeadamente recorrendo a verbas junto da ARH, como aconteceu no passado recente, cujo os projetos passaram pela requalificação das margens ribeirinhas, pela criação de estruturas de apoio ao desporto aquático e pela criação do Centro de Informação do Lima, ou a reconstrução do açude, que sendo importantes, nomeadamente em termos de atração turística e desportos náuticos, em nada resolvem o verdadeiro problema de fundo.

Esta CM limita-se a colocar o adesivo sem resolver os verdadeiros problemas.

O rio Lima é o maior recurso ambiental e natural do nosso concelho, sendo necessário defender e preservar este bem único e património de inigualável riqueza.

Nessa medida, o PPD/PSD pretende que o executivo esclareça e informe esta Assembleia Municipal das medidas que adotou para apurar as

responsabilidades e melhorar a fiscalização das descargas que têm ocorrido periodicamente, nomeadamente as ações para as combater, e das medidas que pretende adotar futuramente para defender e recuperar este importante recurso hídrico do nosso concelho que é o rio Lima.

O que se passa é de facto absurdo. Reza a lenda que o rio Lima é o rio do esquecimento, porém quem se esqueceu do RIO LIMA foi a nossa câmara municipal. Pois meus senhores, o PSD não vai permitir que isso assim continue!

Ponte de Lima, 27 de Setembro de 2014

O Membro da Assembleia, eleito pelo PPD/PSD

Natália Tavares Lima

**PROPOSTA**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Srs. Vereadores,

Srs. Deputados Municipais,

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Proposta de Voto de Louvor**Ao rancho folclórico e etnográfico da Casa do Povo de Poiares****30.º Aniversário em 18 de setembro.**

O Rancho Folclórico e Etnográfico da casa do povo de Poiares celebrou no passado dia 18 de setembro o seu trigésimo aniversário. Será, se não estou em erro, um dos mais antigos deste concelho.

Cultivar e preservar as tradições de raiz - trajes, costumes, música, língua, artes - é considerado um direito e um dever inalienável. O rancho folclórico e etnográfico da casa do povo de Poiares exerce ambos com verdadeira entrega e galhardia há 30 anos. É, por conseguinte, já uma referência e um dos veículos mais eficazes da divulgação da terra limiana, e, por extensão, do país, dos seus usos e das suas gentes, aquém e além fronteiras.

1

Recentemente, numa visita à freguesia de Poiares que tive oportunidade de fazer na companhia de um grupo de companheiros do Movimento 51, pude testemunhar, com grande satisfação, o afã de todos quantos se empenham e trabalham, com genuíno respeito, em prol da identidade e das origens e se orgulham de tais encargos e pude folhear com deleite uma publicação em livro que o grupo elaborou, dando conta da sua incansável atividade.

E é por isso que me ufano desta incumbência de, publicamente, vir dar voz a esta efeméride - a celebração dos 30 anos da sua atividade.

Sabemos, entretanto, que esta mesma intenção já foi abordada em sede de reunião do executivo camarário, veiculada pelo vereador eleito pelo Movimento 51, e que mereceu um acolhimento consensual. Todavia, será igualmente oportuno que o órgão máximo municipal ratifique este desiderato, pelo que, nesta data, vem este mesmo Movimento propor o registo de um voto de louvor ao Rancho Folclórico e Etnográfico de Poiares pelo seu inestimável contributo na disseminação da alma e das raízes de um povo, que, sendo limiano é genuinamente português.

Ponte de Lima, 27 de setembro de 2014

Rosacruz/M51

(31)



REUNIÃO DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27.09.2014

Período Antes da Ordem do Dia

Il.^{mo} Sr. Presidente da Mesa
Srs Secretários
Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara
Prezados Srs Vereadores
Caros Membros de todos os Grupos
Municipais desta A.M.
Dileto Público, Senhoras, Senhores

Outros Assuntos de Interesse Municipal

INTERPELAÇÃO AO SR. PRESIDENTE DA CM DE PONTE DE LIMA

As questões de Educação são, como é sabido, um tema caro ao Movimento 51. E tê-lo-ão de ser forçosamente para toda a comunidade.

Ora, acabou de ter início o novo ano letivo de 2014/2015. Seria oportuno, que esta Assembleia tivesse acesso a um primeiro balanço, rogando ao Sr. Presidente da Câmara a gentileza de nos dar conta das condições proporcionadas aos alunos, pais e profissionais da educação (docentes e não docentes), sobretudo no que toca a:

1. Condições físicas - o estado de conservação dos edifícios e o grau de eficiência - climatização, equipamentos, segurança - sendo que são do conhecimento público algumas carências básicas em edifícios recentemente inaugurados e postos em funcionamento.
2. Rede escolar - seria ainda oportuno ver esclarecidos os critérios de gestão da rede para o presente ano escolar, particularmente, a situação do JI de Calvelo e de Friastelas, assim como a do JI de Trovela (Fornelos): os dois primeiros encerrados, alegadamente, por número insuficiente de alunos, o terceiro pela aparente sobrelotação, registando-se crianças em lista de espera, mas incluindo crianças de fora do concelho.
3. AEC - que benefícios reconhece o município ao novo sistema de contratação e gestão dos horários dos profissionais das Atividades de Enriquecimento Curricular pelos Agrupamentos?
4. Na zona da Academia de Música - para quando a sinalização adequada e medidas de proteção e segurança, já reclamadas em sessões anteriores desta Assembleia?
5. Transportes escolares - circuitos, apoios e condições das infraestruturas (por exemplo, em Vilar do Monte, tem sido reclamadas reparações na estrada municipal, que se encontra em estado pouco recomendável).

6. Atribuições das Associações de Pais - Como se efetua a supervisão da atuação das associações de pais nos diferentes estabelecimentos, sobretudo das que assumem responsabilidades pertencentes ao município? As que contratam e pagam a funcionários, as que gerem os refeitórios, praticando preços das refeições díspares mesmo a alunos não escalonados. Quem é, nestes casos, o verdadeiro provedor do aluno, se o procedimento se revela discricionário? Qual é a lógica que preside a esta estratégia de delegação de competências nas Associações de Pais por parte do município?

7. Ainda sobre outras medidas de acompanhamento que impendem sobre o município e tendo em conta que

i) “Em Portugal, a distribuição gratuita de fruta e produtos hortofrutícolas a alunos do 1.º ciclo dos estabelecimentos do ensino público tem lugar desde o ano letivo 2009-2010, ao abrigo do Regulamento do Regime de Fruta Escolar (RFE), aprovado pela Portaria N.º 1242/2009, de 12 de outubro”;

ii) Que “entretanto, foi definida a Estratégia Nacional do RFE, com o objetivo principal de introduzir ou reforçar hábitos alimentares nas crianças e disseminar comportamentos saudáveis na população, num exercício tripartido entre os Ministérios da Agricultura e do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Educação e Ciência”;

2

iii) Que se trata, aliás, de uma diretiva da União Europeia;

iv) Que a Portaria n.º 206/2012, de 5 de julho veio, posteriormente, introduzir algumas alterações à estratégia e respetivo regulamento de aplicação, flexibilizando-o e simplificando-o, criando ainda a oportunidade para alargar o número de escolas e alunos beneficiados pelo regime;

Como está a ser operacionalizado tal regime nas escolas do município de PTL?

Obrigada

Ponte de Lima, 27 de Setembro de 2014

RosaCruz/M51





DECLARAÇÃO DE VOTO

Considerando que o momento é difícil para todos os Portugueses. O desemprego continua alto, o rendimento das pessoas e das pequenas e médias empresas tem vindo a diminuir gradualmente. Os bens são cada vez mais caros, mercê do aumento da carga fiscal;

Considerando que o PSD tem defendido a fixação de taxas mínimas e a melhoria dos benefícios fiscais em vigor, nomeadamente a redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis;

Considerando que a maioria CDS, que governa a Câmara Municipal de Ponte de Lima, continua insensível às propostas apresentadas e defendidas pelo PSD, pese embora o aumento anual de receitas municipais provenientes da cobrança de IMI;

Considerando que abdicar de 5% de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Ponte de Lima e isentar da derrama municipal as empresas que se instalarem no concelho é positivo, pois são benefícios importantes, que contribuirão para aliviar a carga fiscal dos cidadãos e servir como um incentivo e um apoio às empresas;

O PSD irá abster-se na votação deste ponto da ordem de trabalhos, pois não concorda com a taxa de IMI apresentada, já que no nosso entender a mesma poderia ser fixada em 0,30%, correspondente à taxa mínima.

Ponte de Lima, 27 de Setembro de 2014

O Membro da Assembleia, eleito pelo PPD/PSD

Alípio de Matos



Assembleia Municipal de Ponte de Lima
Sessão Ordinária de 27 de Setembro de 2014

Período da Ordem do dia

B) Discussão e votação da proposta “Benefícios Fiscais para o ano de 2015”

Exm^{as}. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores

Em relação a Benefícios Fiscais, nada de novo nos é apresentado de ano para ano a receita do município é sempre a mesma, acompanhada de uma refinada operação de marketing mediático de “esforço financeiro da autarquia e da concretização da estratégia de desenvolvimento para Ponte de Lima”.

Somos obrigados a repetir nesta sessão o que temos manifestado sobre esta matéria ao longo dos tempos:

O argumento “gasto” de uma dita estratégia ao longo dos últimos anos e de que passa pela criação de condições de maior atractividade para a localização de pessoas e empresas no concelho, assim como para garantir uma melhor qualidade de vida e promover o desenvolvimento económico da região, não é palpável nem visível em resultados práticos e objectivos.

O certo é que cada vez mais são maiores as dificuldades sociais e económicas das pessoas, o que não nos faz deslumbrar efeitos dos tais “Benefícios Fiscais” respeitantes ao desenvolvimento económico e social do Concelho, a comprová-lo estão a necessidade do recurso “faz de conta” do Cartão Municipal Família e do Cartão Municipal Sénior criados pelo Município.

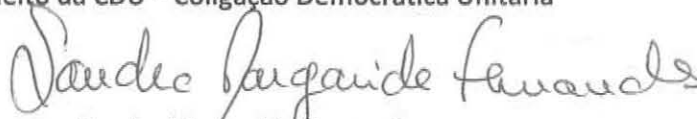
Tudo se agrava, todos os dias, para a imensa maioria dos limianos, cresce o número dos cidadãos aos quais são negados os mais elementares direitos: que é o direito ao trabalho e o de terem condições de uma vida digna, tudo isto agravado pela política anti-social do governo PSD/CDS que atirou milhares e milhares de trabalhadores e das suas famílias para a miséria e a pobreza, ao mesmo tempo que empurra outros milhares para a emigração.

Continuamos a defender que as colectas de IMI sobre os proprietários do concelho de Ponte de Lima continuam a ser demasiado elevadas, e em especial pelos índices inflacionados de avaliação dos imóveis. Deveria existir uma visão estratégica que orientasse o concelho e, sem excepção, todos os seus agentes económicos, no sentido de um verdadeiro rejuvenescimento da sua população, das empresas, e do investimento de uma forma geral no concelho, que não passará seguramente, nem pelo aumento de impostos, nem pela aprovação desta proposta.

É-nos novamente apresentada a Proposta de Benefícios Fiscais num só pacote o IMI, IMT, IRS e Derrama, continuamos a considerar que é uma medida injusta, imprópria, inadequada ao momento económico actual, e exageradamente elevadas as taxas, que conduzem a colectas também elevadas, pelo que somos contra a proposta apresentada.

Consideramos que "Se os "573 975.00€" que a Câmara municipal diz que perde de receita na redução de 5% de IRS fossem canalizados para redução do IMI e deduzida pelos 4 ou 5 milhares de proprietários das habitações, aqui haveria uma redução significativa de impostos para aquelas famílias jovens que ainda tiveram a possibilidade recente de adquirir casa, para aqueles que recuperaram as habitações recentemente, para aqueles que herdaram os bens de família, naturalmente sentiriam uma grande diferença na aplicação dos tão propalados benefícios fiscais.

O eleito da CDU – Coligação Democrática Unitária


Sandra Margarida Fernandes

Discussão e Votação da “Proposta de Regulamento do Cartão Municipal Família Numerosa”

27 de Setembro de 2014

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

Exmos. Senhores Secretários;

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal;

Digníssimos Vereadores;

Caros Membros Eleitos;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Na atualidade, temas como o défice demográfico ou a não reposição da população portuguesa, levantam constantemente grande preocupação no meio político, académico, jornalístico e mesmo popular. Essa preocupação já foi hoje aqui apresentada antes da ordem do dia, através de números que nos sensibilizam e que urge ser rebatidos.

Mas não vale a pena gastar o assunto com palavras, sem encetar ações concretas, que ajudem a travar o declínio populacional em curso. O fator económico aflora-se como o aspeto mais visível da questão, mas também se torna preocupante a desvalorização do núcleo familiar como fonte de transmissão e crescimento de valores, como a vida, a partilha, o respeito, a igualdade e a dignidade.

A crise económica em curso, desencoraja os casais portugueses, e limianos em particular, a optarem por uma descendência alargada, num propósito de natalidade consciente. Mas, estudos indicam que a sua larga maioria gostaria de ter mais filhos do que aqueles a sua consciência dita. Há quem diga que se trata de comodismo, egoísmo ou tentativa de sobrevalorizar um filho só, mas a realidade mostra-nos que, lamentavelmente, não vivemos numa sociedade amiga da família, situação esta que tem de ser trabalhada com afinco, desde já.

Para que tal seja possível, as autarquias podem e devem fomentar, através de medidas reais, a valorização das famílias, ao mesmo tempo que atenuam as dificuldades

económicas que uma larga percentagem ultrapassa nos dias de hoje, em particular aqueles onde existem mais filhos.

Por isso, é com satisfação que recebemos a proposta para a criação do Cartão Municipal Família Numerosa, que apresenta algumas medidas de apoio às famílias com três ou mais filhos. No entanto, certos das dificuldades das mesmas atualmente, apresentamos alguns contributos que deverão ser considerados de imediato ou em futuro próximo, nomeadamente:

- 1 – A alínea d) do artigo 3º apenas abarca atividades promovidas pelos serviços da Paisagem Protegida, não ficando claro a inclusão do Programa Proférias, promovido, pelo Município, o que é fundamental;
- 2 – As percentagens de desconto enunciadas no referido artigo deverão ser diferenciadas positivamente para famílias carenciadas;
- 3 – A atribuição de Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior, pelo Município, deverá, futuramente, ser regulamentada de forma beneficiar mais estudantes e a no artigo 5º contemplar como uma das condições preferenciais de atribuição a posse de Cartão Família Numerosa, ou o mesmo funcionar como fator de desempate;
- 4 – O Município deverá iniciar de imediato contactos no sentido de concretizar, de forma útil às famílias, o número 2 do artigo 12º do presente regulamento, ou seja, estabelecer acordos e parcerias com entidades públicas e privadas, na área da cultura, associativismo, desporto, saúde e mesmo na área comercial, para que em breve as famílias possuidoras deste Cartão possam, efetivamente, beneficiar de descontos monetários em serviços e produtos, dentro do nosso concelho, mesmo que para isso o Município tenha de programar no seu Plano e Orçamento para o ano seguinte, pequenos benefícios para estabelecimentos públicos ou privados que queiram ser parceiros.
- 5 – Este documento, pela complexidade e mutabilidade do tema em causa, deverá definir no artigo 13º um limite temporal para a sua reapreciação;

Provavelmente, não serão estas medidas que farão aumentar exponencialmente a natalidade no concelho, mas pelo menos é um documento de ação, que pode e deve ser trabalhado, a fim de vermos Ponte de Lima reconhecida como Autarquia Familiarmente Responsável, demonstrando o valor simbólico que o Município e a sociedade limiana



PONTE DE LIMA
Um partido ao seu lado

Assembleia Municipal de Ponte de Lima

atribuem às famílias numerosas, ao mesmo tempo que se lhes faculta a possibilidade de melhorarem a oferta de produtos e serviços aos seus membros.

Face ao exposto, os membros eleitos pelo PSD, nesta Assembleia, votarão favoravelmente o Regulamento do Cartão Municipal Família Numerosa.

Os Membros eleitos pelo PSD



DECLARAÇÃO DE VOTO

Os Deputados Municipais, eleitos na lista independente do **MOVIMENTO 51**, vêm, no exercício das suas funções, declarar o seu voto contra, no âmbito do ponto "discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento de acesso ao projecto terra", com os fundamentos e considerandos seguintes:

1 – Entendemos que os termos da presente proposta de alteração não estão em conformidade com a exigência o DL 307/2009, de 23 de Outubro, uma vez que, desde logo, a CONVERSÃO DAS ÁREAS CRÍTICAS DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA (ACRRU) EM ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) mereciam uma abordagem e intervenção diferentes, que o projecto terra não parece contemplar.

2 – Desde logo, o DL 307/2009, de 23 de Outubro, previa um prazo de 2 anos, após a sua entrada em vigor, para alterar as ACRRU em ARU. Aquele DL entrou em vigor em 24 de Dezembro de 2009, pelo que o prazo limite terminou em 24 de Dezembro de 2011.

3 - Efectivamente, trata-se ^{de um} dum tema premente, mas que não deveria ter sido apresentado como é. Era necessária a intervenção da sociedade civil em geral.

Face ao expandido, em coerência democrática e com mundividência diferente de considerar o princípio da representatividade, pelas pessoas e pelo nosso território, votamos contra.

Ponte de Lima, 27 de Setembro de 2014,

Os Deputados do Movimento 51,



DECLARAÇÃO DE VOTO

Os Deputados Municipais, eleitos na lista independente do **MOVIMENTO 51**, vêm, no exercício das suas funções, declarar o seu voto contra, no âmbito do ponto "discussão e votação da proposta de autorização de celebração de contrato interadministrativo para a delegação de competências – Transportes Escolares na Junta de Freguesia de Rebordões Santa Maria - Aprovação", com os fundamentos e considerandos seguintes:

1 – Entendemos que não existe uma rede municipal de transportes escolares eficaz e eficiente;

2 – Acresce ainda que, sendo os transportes escolares em causa uma competência da Câmara Municipal de Ponte de Lima, esta delegação importará a transferência para as Juntas de Freguesia de responsabilidades decorrentes da Lei 13/2006, de 17 de Abril, que "oneram" excessivamente as mesmas, tanto mais que ainda não existirá a aprovação da respectiva assembleia de freguesia, que deveria ser prévia e inicial deste procedimento, uma vez que o artigo 9º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, lhe confere essa prerrogativa: é da competência da assembleia de freguesia, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a junta de freguesia e a câmara municipal, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação.

1

Face ao expendido, em coerência democrática e com mundividência diferente de considerar o princípio da representatividade, pelas pessoas e pelo nosso território, votamos contra.

Ponte de Lima, 27 de Setembro de 2014,

Os Deputados do Movimento 51,



DECLARAÇÃO DE VOTO

Os Deputados Municipais, eleitos na lista independente do **MOVIMENTO 51**, vêm, no exercício das suas funções, declarar o seu voto contra, no âmbito do ponto "discussão e votação da proposta de autorização de celebração de contrato interadministrativo para a delegação de competências – Transportes Escolares na Junta de Freguesia de ~~Rebordões~~ Sá - Aprovação", com os fundamentos e considerandos seguintes:

1 – Entendemos que não existe uma rede municipal de transportes escolares eficaz e eficiente;

2 – Acresce ainda que, sendo os transportes escolares em causa uma competência da Câmara Municipal de Ponte de Lima, esta delegação importará a transferência para as Juntas de Freguesia de responsabilidades decorrentes da Lei 13/2006, de 17 de Abril, que "oneram" excessivamente as mesmas, tanto mais que ainda não existe a aprovação da respectiva assembleia de freguesia, que deveria ser prévia e inicial deste procedimento, uma vez que o artigo 9º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, lhe confere essa prerrogativa: é da competência da assembleia de freguesia, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a junta de freguesia e a câmara municipal, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação.

Face ao expendido, em coerência democrática e com mundividência diferente de considerar o princípio da representatividade, pelas pessoas e pelo nosso território, votamos contra.

Ponte de Lima, 27 de Setembro de 2014,

Os Deputados do Movimento 51,